

ATA DA V REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 03 DE JUNHO DE 2025

Aos três dias do mês de junho do ano de dois e vinte e cinco, deu-se início, às oito horas e trinta e seis minutos, em segunda chamada, à V Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Colegiado, na sede da Casa dos Conselhos Municipal de Educação, situada à Rua Quaresma Júnior, nº 111, Centro. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação com a participação da presidente do Conselho, Sílvia Lira, da vice-presidente, Mariana Máximo, e dos seguintes conselheiros de forma presencial: Camila de Oliveira, Alex de Almeida, Jorge Luiz da Silva, Martin Sirolli, Cristiane Inoue, Sheila Aparecida, Bárbara Haynnes, Nevado Leocádia Bastos Junior e Monica de Oliveira. Participaram também os servidores lotados no CME (Conselho Municipal de Educação): Eduardo Peixoto, Maria das Graças Ladislau e Cristiane Carneiro, assessora técnica. A presidente Sílvia Lira deu as boas vindas aos nobres conselheiros e deu início a reunião solicitando à vice-presidente, Mariana Máximo, a realização da leitura da ata da IV Reunião do Conselho Pleno ocorrida em 13 de maio de 2025, conforme previsto no Regimento deste respeitado colegiado. Durante a leitura, o conselheiro Nevaldo sugere adicionar à ata a função correta da servidora Sanchai Chaiene, que é: Assistente de Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Sugestão aceita pelo colegiado. O Conselheiro Alex de Almeida solicita inserir, no corpo da ata, a Lei 482/1995, que preconiza o estatuto dos servidores municipais. Solicitação aceita. Ata lida e aprovada pelos conselheiros presentes. A presidente Sílvia Lira avança para o próximo ponto da pauta: Resposta ao ofício da SEJIN/ASSAG nº134/2025, que se refere à homologação da Política de Educação Integral em Tempo Integral para a rede municipal de Ensino de Angra dos Reis. A vice-presidente Mariana Máximo diz que o CME recebeu o referido ofício da SEJIN para que este conselho elabore uma minuta de parecer sobre a política de educação integral em tempo integral para a rede municipal de ensino. Mariana Máximo relata que a Câmara de Legislação e Normas, com seu importante trabalho, elaborou um parecer técnico a partir de estudos, análise e discussão com os conselheiros integrantes desta câmara, culminando na aprovação do parecer técnico, que hoje é apresentado ao Conselho Pleno. A presidente do Colegiado parabeniza o Coordenador da Câmara de Legislação e Normas e a todos os membros pela dedicação em realizar sucessivos encontros para que o documento estivesse pronto para apresentação dos conselheiros no pleno. Em seguida, o conselheiro Alex de Almeida diz que é preciso dialogar sobre os Conselhos de Escola e Mariana Máximo diz que o CME vai enviar um ofício à SEJIN para tratar sobre essa questão. Posteriormente, Mariana Máximo aborda a Lei 14640/23 sobre o Programa Escola em Tempo Integral, destacando que a Câmara de Legislação e Normas, durante três reuniões, debruçou-se em estudar o tema e as leis pertinentes. Isso ocorreu em virtude do recebimento do ofício da SEJIN, conforme mencionado anteriormente. Mariana fala sobre a concepção de educação em tempo integral. Sílvia diz que a educação integral iniciou com a extensão do tempo do aluno na escola, em parceria com o Programa Mais Educação. Sheila relata sobre o webinar, que faz parte do curso que está fazendo sobre o Programa de Formação em Educação em tempo integral. Mariana Máximo relata que a presidente Sílvia Lira participou da implementação desse programa em Angra dos Reis, anos atrás, junto com Maria José e Jovina. Sílvia Lira salienta que o importante é compreender que a Educação Integral não é somente

ampliação de carga horária mas, sim, uma concepção de educação. A Educação Integral pode perpassar as diversas modalidades da educação. Mariana reflete sobre os desafios para implementar essa política e fala sobre algumas ações que vêm sendo executadas. Sílvia Lira fala sobre a importância da ampliação do número de matrículas. Mariana destaca a meta 6 do PME/PNE (Plano Municipal de Educação e Plano Nacional de Educação) e diz que a rede municipal precisa implementar escolas em tempo integral em comunidades em situação de maior vulnerabilidade social. Nevaldo fala que o CME recebeu o ofício da SEJIN/ASSAG nº134/2025 e que a Câmara de Legislação e Normas, construiu o parecer técnico, no qual foi feita uma pesquisa nos documentos emitidos pela UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação) sobre a necessidade de se pensar o Sistema, que inclui o setor público e privado. O parecer foi aprovado na Câmara de Legislação e Normas e agora precisamos pensar na Deliberação para todo o Sistema de Ensino. Diz ainda que precisamos detectar onde estão os impasses e fragilidades dessa política em tempo integral e construir uma equipe para atuar diretamente nesse programa. Mariana Máximo resgata o Programa Mais Educação, precursor da escola em tempo integral, que foi criado para aumentar a jornada do aluno na escola, com oficinas no contraturno e destaca a importância da formação dos profissionais da escola, principalmente aqueles que atuam com a parte diversificada da grade curricular. Sheila fala que os monitores das oficinas do Programa Mais Educação, em sua maioria, não possuíam didática para ministrar as aulas. Alex de Almeida diz que a sociedade ainda tem a visão que escola é para resolver todos os problemas. Seu Martin diz que quando se fala em tempo integral fala-se mais da realidade do continente, pois na ilha tem falta de professores e o gestor divide-se entre a gestão e a docência e acaba não dando conta de produzir material para as aulas. Marina Máximo relata que, ao estudar sobre a temática da escola em tempo integral, refletiu bastante sobre as ponderações que o Seu Martin vem fazendo nas reuniões do conselho pleno e relata que o professor da parte diversificada pode elaborar um único projeto para a escola, como se fosse um projeto global construído coletivamente, envolvendo toda a escola, priorizando o saber local e isso envolve formação dos profissionais. Seu Martin comenta que essa formação ainda não acontece e diz que precisamos pensar em três fatores: escola de campo, multisseriada e integral. Seu Martin afirma que a rotatividade dos professores dificulta muito o trabalho. A pedagoga que ia à escola, uma vez na semana, não vai mais e ela ajudava bastante. Mariana Máximo relata que a questão do pedagogo deve ser resolvida com a chamada do concurso público. Camila Oliveira diz que hoje o diretor de escola insular pode se dedicar mais à gestão devido à divisão de professores da Base Curricular e da Parte Diversificada. Mariana Máximo diz que compreende as colocações do seu Martin e a urgência da questão. Seu Martin diz que, como pai, precisa pontuar as coisas que estão erradas. Mariana Máximo reforça a questão da formação dos profissionais como ponto forte da política de tempo integral, podendo minimizar os problemas. Sílvia Lira comenta que atua com educação integral desde 2008 e tem muitos percalços a superar e que para os gestores é também um desafio cotidiano. Dessa maneira, ter uma interlocução com a SEJIN é fundamental. Sheila comenta que já tem formação agendada e a SEJIN já está articulando essas formações. Nevaldo comenta que precisamos pensar numa lei para preservar a continuidade dos processos. Camila Oliveira diz que não há problemas, atualmente, com a oferta de matrícula, mas, às vezes, não é a vaga que a população deseja, pois não é tão próxima da casa. Nevaldo sugere ter um seminário de práticas exitosas das escolas insulares. Seu Martin diz que o número reduzido de profissionais nas escolas atrapalha o trabalho. Nevaldo enfatiza que o gestor é o grande maestro de toda a escola e diz que pode haver uma Educação Integral em escola de tempo parcial. Em seguida, o conselheiro Jorge pergunta se o município de Angra dos Reis atingiu a meta estipulada no PME. Mariana Máximo diz que a lei que instituiu a escola em tempo integral preconiza as comunidades mais vulneráveis. Camila Oliveira comenta que a priorização das comunidades mais vulneráveis é um critério que a

SEJIN esforça-se para cumprir, assim como foi feito com a escola Cívico-Militar, as escolas de ilha, e as escolas da Sapinhatuba. Nevaldo relata que há, nos 05 pólos existentes na rede municipal, pelo menos um CETI (Centro de Ensino em Tempo Integral). Camila Oliveira diz que a idéia é expandir mais CETIs pela rede. Maria das Graças diz que já trabalhou como diretora e professora em realidades diferentes, continente e ilha, e que o trabalho pedagógico era baseado em temas e projetos e isso era bem produtivo, pois o planejamento era coletivo, o que propiciava boas reflexões do fazer pedagógico. Sheila relata que a formação traz comprometimento. Mariana Máximo diz que o termo vulnerabilidade está ligado às questões sociais e econômicas e é um termo subjetivo. Passando para o próximo ponto da pauta, Mariana Máximo informa que a visita ao CETI E. M. Alberto Torres será amanhã, 04/06. Alex de Almeida diz que não poderá ir à visita por conta de compromissos profissionais e a conselheira Mônica disponibilizou-se a ir à visita técnica. Mariana Máximo fala sobre a reunião com o MP (Ministério Público), que foi adiada, a respeito das escolas privadas e que estamos aguardando a nova data. Essa reunião será para esclarecer acerca da nova deliberação nº 014/25, de autorização de escolas privadas e sobre as escolas que funcionam sem portaria emitida pelo CME. Mariana Máximo informa, também, sobre a reunião do Fórum Permanente de Educação de Angra dos Reis, que será no dia 16/06, às 14h, na Câmara Legislativa. Alex de Almeida diz que os conselheiros podem ir à reunião, caso desejarem. Mariana comenta sobre o convite de Audiência Pública sobre “crianças e adolescentes: responsabilidade de todos” que o CME recebeu, via SEI, da Câmara Municipal. Com relação à recomposição do CMEAR, Mariana afirma que os Conselheiros da sociedade civil estão atualizados, mas que os integrantes do poder público ainda não foram ainda indicados e que estamos aguardando o envio dos nomes pelo governo. Mariana Máximo reafirma que precisamos publicar a recomposição por conta do FNDE, mas que o primeiro passo é recompor o conselho e depois a Câmara do FUNDEB. Sílvia diz que vamos repetir os nomes devido à urgência do tempo. O Conselho Pleno aprova tal medida. Passamos, então, para o item 8 da pauta: instituição das comissões para os eventos do CME: fórum de educação do campo, medalhas Valéria Rodrigues e Ana Maris de Figueiredo e Professor Jair Travassos. Após discussão, ficou acordado que faremos uma única comissão, nesse momento, que será de eventos, assim composta: Cristiane Inoue, Sheila, Bárbara, Monica, Jorge, Mariana e Sílvia. Cristiane Inoue perguntou se o CME teve resposta do ofício sobre a meta 17 acerca da Audiência Pública pela Câmara Municipal e Mariana Máximo respondeu que, até o momento, não houve resposta. Sílvia relata que no dia 16/6 poderemos abordar esses assuntos. Mariana Máximo enfatiza que a reunião do dia 16/6 tem pauta específica do Fórum de Educação e que não podemos confundir as coisas. Cristiane Inoue afirma que ela é membro do Fórum e que a meta 17 faz parte do PME e que não são temas divergentes e comenta que as reuniões do Fórum estão ocorrendo em dias em que trabalha como docente e que não está conseguindo participar por este motivo. Mariana Máximo pontua que a presença da referida conselheira é importante e que ao fim da reunião ela pode falar com quem é de interesse sobre a questão da meta 17 em específico. Retomamos a discussão da comissão de eventos e seu Martin pergunta se vai realmente ter a comissão. Mariana Máximo responde dizendo que a comissão já está composta e que terá como objetivo organizar os seguintes eventos: fórum, medalhas, instituir cronogramas e, se for necessário, subdividir a referida comissão em outras comissões específicas para cada evento. Sílvia pede então para Sheila falar sobre o encontro presencial do Programa de Formação da Escola Integral em tempo integral. A conselheira Sheila relata que esse momento foi importante para seu trabalho cotidiano e fala sobre a mesa de abertura do evento, na qual falou-se da meta 6 do PNE e do envolvimento de todos os profissionais na formação do estudante. Foi falado também sobre o financiamento da educação e Sheila diz que foi muito esclarecedor. Os cursistas têm uma plataforma de acesso para estudos e produção de atividades. O encontro proporcionou muitos ensinamentos. Sílvia pede para Sheila falar sobre o

incentivo que o município de Angra recebeu para inscrever-se no Seminário de Boas Práticas do Programa. Sheila diz que a tutora falou que Angra tem muitas ações já acontecendo em prol da Educação Integral e que poderiam ser apresentadas. Sílvia relata que quando saímos de Angra para participar de congressos, fóruns e seminários, percebemos o quanto estamos evoluindo muito e isso nos conforta, apesar de sabermos que ainda há entraves. Sílvia afirma, ainda, que Angra está se desenvolvendo muito bem em relação à educação em tempo integral. Camila Oliveira diz que gostou da fala da Sílvia e o quanto é importante vermos experiências de outros municípios e isso nos faz refletir sobre o quanto estamos à frente deles. Sílvia fala sobre o Encontro Estadual de Cooperação Técnica - Planos Decenais de Educação e mostra o livro que o CME ganhou, intitulado: Instituto Nacional de Educação de Surdos - uma iconografia dos seus 160 anos. Sílvia apresenta os materiais que foram disponibilizados no encontro para os conselheiros presentes e que temos a responsabilidade em construir o nosso plano decenal e compreender a metodologia que o embasa. Cristiane Inoue diz que o PNE/PME foi prorrogado até o fim de 2025. Mariana Máximo comenta que vamos solicitar a prorrogação por até um ano após a homologação deste PME de 2014. Sílvia diz que o nosso PME vai até o início do próximo plano. Mariana Máximo diz que o PME de 2024-2034 ainda é algo abstrato e que devemos nos ater ao que temos de sólido, que é o PME de 2014-2024 e que vamos solicitar à Comissão de Educação da Câmara Municipal de Angra estender o período de vigência desse último. Alex de Almeida diz que o Congresso é complicado e que o tempo deles não é o nosso tempo e que, quando o PNE for pra Comissão Especial do Congresso, ainda serão votadas as emendas. Quando a Comissão Especial terminar os trabalhos, encaminhará o Plano para para o plenário da Câmara, que pode ainda incluir emendas e isso leva tempo e que ano que vem é ano de eleição. Depois disso, vai para o Senado e, posteriormente, voltará para a Câmara. Mariana Máximo reafirma que o importante é homologar a extensão do nosso PME. Sílvia retoma a fala sobre o Encontro Estadual de Cooperação Técnica, dizendo que no primeiro dia teve mesa de abertura com autoridades do FNDE, MEC e do CEE e depois houve reunião nas mesas de trabalho, que tinham como objetivo conhecer a metodologia dentro dos eixos da educação: Educação Infantil, Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada, Educação de Jovens e Adultos e Educação em Tempo Integral. Foi um momento enriquecedor e de muito estudo. Nesse encontro refletiu-se sobre a causa raiz dos problemas da Educação em Tempo Integral e quais as metas que precisam ser traçadas para vencer esses problemas. A intersetorialidade precisa ser garantida para a implementação da política pública. Sílvia Lira agradece pela oportunidade de estar na liderança do colegiado e se coloca à disposição do fórum para estar fazendo a monitoria e acompanhamento do PME. Em seguida, a conselheira Camila Oliveira fala que Angra dos Reis foi reconhecida, por meio do Selo Petronilha, por destacar e valorizar as Relações Etnico-raciais e quilombolas na educação, através de ações voltadas para a implementação da Lei 10.639/2003, modificada pela Lei 11.645/2008. O objetivo deste selo é promover a equidade racial na educação. Camila Oliveira diz que Angra foi um dos vinte municípios contemplados com o “Selo Petronilha” no Brasil e está entre os três municípios do Rio de Janeiro. Sílvia Lira destaca que os alunos dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, além de professores, berçaristas, pedagogos e auxiliares de biblioteca poderão ir à Bienal do Livro, com voucher e transporte oferecido pela SEJIN. Os profissionais mencionados poderão ir nos fins de semana e no feriado. Os estudantes receberão um voucher no valor de R\$200,00 e os profissionais de educação, um voucher no valor de R\$1000,00. Mônica relata que participará de um Congresso internacional sobre Escola em tempo integral, que acontecerá em Curitiba. Alex de Almeida fala sobre o documentário que trata do adoecimento do Profissional da Educação, que será exibido no dia 07/06 no Sindicato dos Estivadores. Sílvia diz que essa realidade de adoecimento no magistério é uma preocupação e pede que as discussões nesse sentido sejam compartilhadas de forma a possibilitar a participação dos docentes. Solicita, ainda, que o SEPE

promova, junto com o CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador) e a Saúde, diálogos e reuniões para tratar essa temática. Seu Martin diz que, nos últimos dias, a SEJIN foi ao CETI da Gipóia para ver os problemas e realizou pequenos reparos no telhado. Mariana Máximo comenta que o CME irá à unidade para dialogar também com a gestora e vistoriar o espaço. Seu Martin diz que determinadas situações são de competência da gestora e outras são da SEJIN e que a visita técnica do CME será de grande valia. Após as considerações finais, a presidente do CME, Silvia Almeida Lira, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Maria das Graças Ladislau, li e encerro esta ata. Ata lida e aprovada na VI Reunião Ordinária do Conselho Pleno de oito de julho de dois mil e vinte e cinco.